

política



Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Impeachment contra Moraes



FOTOMONTAGEM/IMPRESSÃO/JC

Os senadores gaúchos Luis Carlos Heinze (PP, à esq. na foto) e Hamilton Mourão (Republicanos, à dir. na foto) assinaram uma petição que solicita a abertura de processo de impeachment contra o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes. Protocolada no Senado Federal, a peça conta também com a assinatura dos senadores Damares Alves (Republicanos-DF), Sargento Reginauro (PSDB-CE), Magno Malta (PL-ES), Wilder Moraes (PL-GO), Cleitinho (Republicanos-MG), Zequinha Marinho (Podemos-PA), Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) e Jaime Bagattoli (PL-RO), além da deputada federal Bia Kicis (PL-DF) e do primeiro suplente de senador Hermes Artur Klann (PL-SC).

Suposta advocacia administrativa

A denúncia fundamenta-se na Lei de Crimes de Responsabilidade e aponta suposta “advocacia administrativa”, “conflito de interesses” e “conduta incompatível com o decoro do cargo”. Os autores da petição afirmam que “a omissão do Senado Federal diante de condutas dessa natureza significaria aceitar que Ministros do Supremo Tribunal Federal estejam acima de qualquer controle político-constitucional, o que afronta diretamente o regime republicano e o princípio da responsabilidade dos agentes públicos”.

Mudanças na escolha de ministros do STF

Os senadores gaúchos Heinze e Mourão também assinaram a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) apresentada pelo senador Zequinha Marinho (Podemos-PA) para alterar os critérios de indicação de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). O texto estabelece que os nomeados sejam provenientes da magistratura e escolhidos a partir de lista tripartite elaborada pelos presidentes dos tribunais superiores, além disso eleva a idade mínima para 60 anos e fixa inelegibilidade de cinco anos para cargos eletivos após a saída do cargo. Na justificativa da proposta, Marinho afirma que a mudança busca coibir “indicações de natureza eminentemente pessoal e política, além de reduzir a atual concentração do poder de decisão no Presidente da República”.

Alerta para novas cheias em 2027

O novo boletim do Painel El Niño, publicado pela Agência Nacional de Águas (ANA) e pelo Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), confirma a permanência do fenômeno até o início de 2027 e acende o alerta para o risco de grandes cheias no Rio Grande do Sul. Há previsão de chuvas acima da média entre setembro e novembro.

Presidente eleito deverá enfrentar reforma institucional

Fiergs promoveu palestra sobre cenários eleitoral e econômico no País



Marcus Meneghetti
marcusv@jcrs.com.br

O cientista político Leonardo Barreto e o economista-chefe da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs), Giovanni Baggio, analisaram os Cenários Eleitorais e Econômicos para 2027 em uma palestra-almoço no auditório da entidade industrial.

Na palestra sobre o cenário político, Leonardo Barreto defendeu que o próximo presidente da República enfrentará uma reconstrução institucional. Uma vez que o Supremo Tribunal Federal (STF) passa por dificuldades em mediar crises entre as instituições brasileiras, as reformas institucionais e políticas deverão passar pelo Congresso.

Diante de um auditório lotado com líderes empresariais, o cientista político abriu a sua fala argumentando que o STF não tem conseguido mediar as crises institucionais – após a politização das decisões judiciais, sobretudo as do ministro Alexandre de Moraes, e a anulação de processos como os da Operação Lava Jato.

Esse cenário, prosseguiu Barreto, favorece uma eleição polarizada entre o candidato à reeleição, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o candidato bolsonarista, Flávio Bolsonaro (PL). Mas, independentemente do resultado eleitoral, o analista acredita que o próximo governo vai enfrentar uma reconstrução institucional.

“Se a direita e o bolsonarismo perderem (a eleição), que incentivo esse campo tem para aceitar que o Lula vai escolher quatro ministros do STF? E se o PT perder, que incentivo a esquerda tem para aceitar que o Flávio vai indicar cinco



FERNANDA BIGIO DAVOGLIO / JC

Cientista político Leonardo Barreto foi um dos palestrantes do evento

ministros? Então, provavelmente, o Congresso vai precisar fazer uma mediação institucional, criando critérios para a escolha dos ministros do STF, proibindo decisões monocráticas, obrigando que todas as decisões sejam colegiadas”, analisou o cientista político.

O analista faz menção ao fato de que, ao longo da próxima legislatura, os ministros Luiz Fux, Cármen Lúcia e Gilmar Mendes se aposentarão compulsoriamente por idade. Além deles, há uma vaga em aberto deixada pela saída antecipada de Luís Roberto Barroso.

Além disso, Leonardo Barreto lembrou que a rejeição dos governos costuma ser decisiva nas reeleições ao Palácio do Planalto. Segundo a pesquisa Quaest divulgada nesta segunda-feira, o governo Lula é desaprovado por 50% do eleitorado. Cerca de 43% aprovam a gestão do petista. “Com um alto nível de desaprovação, normalmente os governos são descontinuados.”

Na segunda palestra, Giovanni Baggio fez sua apresentação sobre o cenário econômico. Para o economista, o Brasil enfrenta problemas econômicos graves – como a pressão inflacionária e o gasto público federal. Baggio projeta que a inflação brasileira deve fechar o ano em torno de 5%, por conta do aumento dos combustíveis causados pelas

guerras no Irã e na Ucrânia, além do fenômeno climático El Niño, que deve prejudicar a produção de alguns alimentos, elevando os preços. “Muitos analistas sustentam que o País pode entrar num cenário de estagflação, quando a atividade econômica não cresce e a inflação sobe. Esse é um cenário bem provável. A inflação desse ano deve encerrar em torno de 5%, muito acima do teto da banda de variação da meta.”

Segundo o economista, outro fator que pressiona a taxa de juros para cima é o gasto público. Conforme dados apresentados por Baggio, as despesas da União cresceram 5,9% nos últimos 12 meses, descontada a inflação. As receitas subiram 4,5% no mesmo período.

Baggio acredita que o próximo presidente precisará enfrentar uma crise fiscal nas contas federais. A solução passaria por quatro atos: corrigir o salário-mínimo apenas pela inflação (não mais pelo crescimento do PIB mais a inflação); desindexar as receitas constitucionais para a saúde e a educação (o governo deve aplicar 12% e 25% nessas áreas, respectivamente); retomar o teto de gastos, corrigindo o gasto público apenas pela inflação do ano anterior; e uma reforma administrativa, combatendo os supersalários e direitos dos servidores.

Vetos ao Plano Diretor devem ser analisados hoje

/ CÂMARA DE PORTO ALEGRE

Amanda Schultz
amandas@jcrs.com.br

A Câmara de Porto Alegre deve analisar os quatro vetos do Executivo ao Plano Diretor na ses-

são desta quarta-feira. A votação ainda depende da presença mínima de 18 dos 35 vereadores. A análise que aconteceria na semana passada foi adiada por falta de quórum.

As matérias devem ser as primeiras da ordem do dia, já que o

prazo de 30 dias úteis para análise terminou na última quarta-feira e tranca a pauta da casa, ou seja, os vereadores não podem deliberar outros projetos antes deste.

O projeto foi sancionado ainda em julho pelo prefeito Sebastião Melo (MDB).

Desde 1980 protegendo
a inovação para você
construir o futuro.

SKO
OYARZÁBAL
MARCAS & PATENTES S/C
Ética • Dinamismo • Confiabilidade

www.sko.com.br | 51 3342.9323